

RESPOSTAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO


EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04/1/2026

OBJETO: a concessão da implantação, operação, gestão, manutenção e realização dos investimentos necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Andradas/MG, nos termos das características e especificações técnicas detalhadas no edital, contrato e respectivos anexos, para toda a área urbana da Sede do Município de Andradas-MG, os distritos Campestre e Gramineia e os aglomerados São José da Cachoeira e Bairro Óleo.

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, designada por meio do Decreto Municipal nº 3.442, de 12 de março de 2026, no uso de suas atribuições, apresenta a resposta ao esclarecimento 2 solicitado por interessado, em conformidade com o previsto no edital de concessão. O esclarecimento prestado integra o conteúdo do EDITAL como se nele estivesse transcrito:

Número do esclarecimento	Item do Edital	Esclarecimento solicitado	Resposta
1	Item 15.3.3	Por meio do presente, a consultante solicita a postergação da data de entrega dos envelopes de habilitação e propostas, bem como da sessão pública do certame, por um prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data originalmente prevista no edital, pelas razões de interesse público adiante expostas. Conforme é de conhecimento dessa Comissão, o setor de saneamento básico no Brasil atravessa, neste momento, um período de intensa atividade licitatória e de reestruturação societária de companhias estaduais, com a tramitação simultânea de diversos processos de grande relevância e complexidade. Dentre os certames e processos atualmente em curso, destacam-se, a título exemplificativo: (a) a PPP de esgotamento sanitário da CAGEPA, no Estado da Paraíba, que demanda expressivos esforços de análise técnica, financeira e jurídica por parte dos potenciais investidores do setor;	O prazo concedido no edital está de acordo com o art. 55 da Lei federal nº 14.133/2021. O pleito de prorrogação está sendo avaliado pelo Município e não se trata de pedido de esclarecimento.

	<p>(b) a possível retomada da PPP de esgotamento sanitário da SANEAGO, no Estado de Goiás, cujo processo de estruturação tem sido acompanhado de perto pelos agentes de mercado, exigindo dedicação contínua na avaliação de riscos e na formulação de propostas;</p> <p>(c) o processo de privatização da COPASA, no Estado de Minas Gerais, que, por sua natureza e dimensão, mobiliza parcela significativa dos recursos técnicos e financeiros disponíveis no mercado de saneamento; e</p> <p>(d) outros processos de concessão e de parceria público-privada que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento em todo o território nacional.</p> <p>A coincidência temporal entre o presente certame e os processos acima mencionados gera um efeito direto e concreto sobre o nível de competitividade da licitação em referência. Os agentes econômicos que atuam no setor de saneamento básico – notadamente operadores especializados, fundos de investimento em infraestrutura e grupos empresariais com experiência no segmento – dispõem de recursos humanos, técnicos e financeiros limitados para a elaboração simultânea de múltiplas propostas de elevada complexidade. Nesse cenário, a manutenção do calendário originalmente previsto no edital tende a restringir, de forma significativa, o universo de potenciais participantes do certame.</p> <p>A postergação solicitada atende, portanto, ao interesse público sob múltiplas perspectivas:</p> <p>(a) Ampliação da competitividade: a dilatação do prazo permitirá que os agentes econômicos, atualmente comprometidos com os certames concorrentes acima referidos, possam dedicar a devida atenção à presente licitação, aumentando o número de propostas e, consequentemente, a qualidade da disputa;</p> <p>(b) Obtenção da melhor proposta: um ambiente mais competitivo tende a gerar propostas mais vantajosas para o Poder Concedente e para a população atendida, seja em termos de modicidade tarifária, seja em termos de atração de investidores qualificados para prestar os serviços com a devida qualidade;</p> <p>(c) Legitimidade e aceitação social do processo : a concessão dos serviços de água e esgoto é tema de elevada sensibilidade perante a população e os diversos atores políticos e institucionais envolvidos. A realização de um certame com ampla participação de concorrentes confere maior transparência e credibilidade ao processo, fortalecendo a percepção pública de que a delegação dos serviços resultou de uma disputa genuína e aberta, o que, em última análise, favorece a estabilidade político-institucional necessária à boa execução do contrato de concessão ao longo de sua vigência; e</p> <p>(d) Eficiência alocação de recursos: a postergação de 45 dias representa um prazo razoável e proporcional, que não compromete o cronograma geral de implantação da concessão e, ao mesmo tempo, confere aos interessados o tempo necessário para a adequada formulação de suas propostas.</p> <p>Diante do exposto, a consultante requer que essa Comissão de Contratação avalie a conveniência e a oportunidade de postergar a data de realização do certame por, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a fim de propiciar condições mais favoráveis à ampla concorrência e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e para os usuários dos serviços de saneamento básico. A consultante reitera que o presente pedido é formulado de boa-fé e no</p>	
--	---	--

		legítimo interesse de contribuir para o aprimoramento do processo licitatório, em benefício do interesse público.	
--	--	---	--

Andradas, Minas Gerais, 15 de abril de 2026.



Marcelo Prezia Moura
Presidente da Comissão julgadora de licitações